

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

PÃO DE AÇÚCAR NOSSO DE CADA DIA
Empreendedorismo e Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
no Estado de Alagoas

ANITA ROZENBLIT DE VASCONCELOS

Recife, 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

PÃO DE AÇÚCAR NOSSO DE CADA DIA
Empreendedorismo e Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
no Estado de Alagoas

ANITA ROZENBLIT DE VASCONCELOS

Trabalho de Conclusão do Mestrado
Profissional em Gestão Pública para
o Desenvolvimento do Nordeste,
apresentado como requisito à
obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Tavares da Silva

Recife, 16 de janeiro de 2004.

“Uma visão sem ação é apenas um sonho; Uma ação sem visão apenas passa o tempo; Uma visão com ação muda o mundo”.

Nelson Mandela

*A toda minha família que
sempre me apoiou nos maus e
bons momentos.*

AGRADECIMENTOS

De uma situação atípica, pois, fazendo parte do corpo funcional da SUDENE, entidade que desde seu nascimento pregara a preocupação com as desigualdades regionais, dei início em 2002 ao curso de Mestrado criado por ela própria em parceria com a UFPE, quando a sua extinção já tinha sido decretada através de medida provisória em 2001. Mesmo assim, continuamos junto à UFPE que, com responsabilidade, deu continuidade ao Curso, apesar de correntes contrárias encontradas internamente na “extinta” SUDENE.

Quero muito agradecer às pessoas e entidades que colaboraram comigo para que este trabalho resultasse em uma forma de subsídio para a questão da política de inclusão social e desigualdade regional.

Primeiramente agradeço a Deus que me permitiu realizar este grande desafio, tão importante para o meu crescimento profissional.

A toda minha grande família que me apoiou e compartilhou comigo desse momento de muito orgulho.

Ao meu Orientador Gustavo Tavares da Silva, pelas valiosas informações e conteúdos bibliográficos prestados, e pela paciência e dedicação ao longo de todo desenvolvimento do trabalho.

Ao meu Co-Orientador Edjair de Siqueira Alves, por acreditar na continuidade dessa pesquisa, quando algumas vezes me faltou perseverança, e pelas suas sugestões, informações e bibliografias que em muito me ajudaram.

À Coordenação do Mestrado, nas pessoas dos Professores Doutores Gustavo Tavares da Silva, Sylvana Maria Brandão de Aguiar e Roberto Aguiar (*in memoriam*) e a todo seu Corpo Docente, em especial ao Professores Doutores Georges Pellerin e Rezilda Rodrigues pela motivação à minha carreira acadêmica.

Aos colegas da 3ª turma de Mestrado e também aos da 2ª turma, em especial Frederico e Dalgoberito, pelo estímulo e colaboração permanentes.

À nossa Secretária Silvania e à sua colaboradora Paloma, pela dedicação e presteza.

À Regina Dunlop que participou junto comigo do início do Projeto aqui estudado e Coordenou com pleno sucesso o Programa Artesanato Solidário até julho de 2002,

juntamente com Dona Ruth Cardoso, a quem agradeço pelas entrevistas e pela documentação cedida.

À Consultora Verônica Paiva do Conselho da Comunidade Solidária, até julho de 2002, pelo apoio e sugestões constantes.

À Helena Sampaio, juntamente com Ruth Buarque, Coordenadora e Assessora da Central Artesol, OSCIP do Programa Artesanato Solidário, pela recepção, entrevistas e materiais adquiridos.

Ao SEBRAE-AL, principalmente, ao General Nilton Rodrigues, Superintendente dessa Instituição por patrocinar a apresentação deste trabalho no Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local na UCDB, em Campo Grande/MS e ao seu Diretor Osvaldo Viegas pelo apoio à minha pesquisa de campo em Pão de Açúcar/AL.

À AMA, em especial à sua Diretora Maria Inês Santos, que me acompanhou à Ilha do Ferro, além de, com muita paciência, responder a todas as minhas dúvidas, como também pelo material adquirido.

Ao Prefeito de Pão de Açúcar, Jorge Dantas, pela receptividade e colaboração recebidas, e também a sua Coordenadora de Núcleos Produtivos, Maria da Conceição da Silva Lima, nossa querida Ceça, que com muita dedicação nos recebeu em seu Município e agendou as entrevistas e questionários.

E, finalmente, a toda essa gente artista entre artesãos e poetas da Ilha do Ferro que com sua alegria logo me emocionou no depoimento da Vice-Presidente da Cooperativa ART-ILHA: “Esse Projeto do PRONAGER e da SUDENE foi o que melhor aconteceu em nossas vidas e a Comunidade Solidária, Ave Maria, nota 10, e combinado com o SEBRAE completou!!”

Muito Obrigada!

RESUMO

Com o objetivo de capacitar e estimular o potencial empreendedor de seu beneficiário, o Projeto de Capacitação e Geração de Renda – Frentes Culturais – se propôs a valorizar as culturas locais, representadas neste estudo, pelo artesanato, qualificando as tradições detectadas no município para incorporar um contingente da população atingida pela Seca ao mercado de trabalho.

A questão de fundo evidenciada aqui nesta pesquisa é a importância do Empreendedorismo para o processo do “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável”, a partir de estudo de caso considerado previamente exitoso, na Comunidade Ilha do Ferro em Pão de Açúcar/AL, onde as percepções dos autores científicos citados dão um grande significado.

Inicialmente, o Projeto (1998) teve como parceiros a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, o Conselho da Comunidade Solidária – CCS, o Programa Nacional de Geração de Renda – PRONAGER e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, o que permitiu, com o apoio indispensável de Organizações Não Governamentais – ONGs, realizar ações inovadoras de capacitação, apoiadas nos “saberes locais”. Com a parceria ampliada junto ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE – (desde 1999), atores sociais foram capacitados e estimulados para formação de Cooperativas, qualificação do produto, com treinamentos na área de comercialização/preço e custo.

Pode-se afirmar que o objetivo capital do Empreendedorismo é gerar o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável ligado à capacidade de uma comunidade ser a própria autora dos processos de mudanças necessárias ao seu crescimento, e ao acesso de toda a população à riqueza suscitada.

Criar com prazer, reverenciar suas crenças e acreditar no seu potencial. Isso tudo é ir muito além da utilidade das coisas, ou seja, é criar beleza, até mesmo sem perceber. O Programa conseguiu, constatado através de pesquisa de campo, alcançar o resgate da auto-estima e da cidadania junto à melhoria da qualidade de vida dos seus beneficiários.

ABSTRACT

With the objective to enable and to stimulate the enterprising potential of its beneficiary, the Project of Qualification and Generation of Income, Cultural Fronts, is considered to value the local culture, specifically the handicraft, characterizing the traditions detected in the city to incorporate a contingent of the population reached for the Drought into the work market.

The main question evidenced in this research is the importance of Entrepreneurship for the process of the “ Integrated and Sustainable Local Development” based in the previous success of a case happened at the Ilha do Ferro community in Pão de Açúcar/AL where the perceptions of the cited authors result in a great achievement.

Initially, the Project (1998) had as partners the Superintendence of Development of Northeast – SUDENE, the Council of the Solidary Community – CCS, the National Program of Generation of Income – PRONAGER and the United Nations for the Education, Science and the Culture Organization – UNESCO, what it allowed, with the indispensable support of Not Governmental Organizations – ONGs, to carry through innovative actions of qualification, supported in “local knowledges”. With the partnership extended in company of the Brazilian Service of Support to the Micron and Small Companies – SEBRAE – (since 1999), social individuals had been enabled and stimulated to the formation of Cooperatives and qualification of the product, with training in the area of trade, price and cost.

This research can affirms that the capital subject of the Entrepreneurship is to generate the “Integrated and Sustainable Local Development” linked to the capacity of a community to be the own author of the processes of necessary changes to its growth and the access of all the population to the acquired wealth.

To create with pleasure, to reverence your beliefs and to believe in your potential. All that is to go very much beyond the utility of the things, is creating beauty, even though without perceiving. The Program obtained, evidenced through field research, to reach the rescue of self-esteem and citizenship with the improvement of the quality of life of its beneficiaries.

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

CONSELHO DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA (1998-2002)

Presidência do Conselho

Programa Artesanato Solidário

COMUNITAS – CENTRAL ARTESOL (desde out/2002)

Programa Artesanato Solidário

PROGRAMA NACIONAL DE GERAÇÃO E RENDA

Núcleo Nacional

Núcleo Pernambuco

Núcleo Alagoas

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

SEBRAE-NACIONAL

Presidência

Secretaria Geral

SEBRAE-ALAGOAS

Superintendência

Diretoria de

Gerência de Artesanato

Armazém SEBRAE

Gerência da Estação de Negócio

ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE ALAGOAS

Diretoria

INSTITUTO XINGÓ

Pólo Baixo São Francisco

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Programas de Combate aos Efeitos da Seca – documentação

Biblioteca Celso Furtado

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Biblioteca Central

Biblioteca Ednaldo Bastos (Centro de Ciências Sociais Aplicadas)

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÃO DE AÇÚCAR

Gabinete do Prefeito

Núcleo de Arranjos Produtivos

BIBLIOTECA PÚBLICA ESCRITOR ADELMAR DE MENDONÇA – Pão de Açúcar/AL

COOPERATIVA ART-ILHA – Ilha do Ferro/Pão de Açúcar/AL

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1. MAPA DA REGIÃO SEMI-ÁRIDA DO BRASIL Erro! Indicador não definido.

Figura 1.2. MAPA DO ESTADO DE ALAGOAS, COM DIVISÃO MUNICIPAL COM A LOCALIZAÇÃO DE PÃO DE AÇÚCAR. Erro! Indicador não definido.

Figura 1.3. VISÃO PANORÂMICA DO VELHO CHICO, NO BAIXO SÃO FRANCISCO, NA CIDADE DE PÃO DE AÇÚCAR, EM ALAGOAS..... Erro! Indicador não definido.

Figura 2.4. OBJETIVO DO EMPREENDEDORISMO Erro! Indicador não definido.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 3.1 – Sistema de trabalho dos Artesãos da Ilha de Ferro.....** Erro! Indicador não definido.
- Gráfico 3.2 – Quantitativo dos artesãos quanto à modalidade de artesanato da Ilha do Ferro** Erro! Indicador não definido.
- Gráfico 3.3 – Sexo dos Artesãos da Ilha do Ferro** Erro! Indicador não definido.
- Gráfico 3.4 - Intervalos da Idade dos Artesãos da Ilha do Ferro.....** Erro! Indicador não definido.
- Gráfico 3.5 - Escolaridade dos Artesãos da Ilha do Ferro...** Erro! Indicador não definido.
- Gráfico 3.6- Renda mensal dos Artesãos da Ilha do Ferro após o Programa.....** Erro! Indicador não definido.
- Gráfico 3.7 – Estado civil das artesãs da Ilha do Ferro** Erro! Indicador não definido.
- Gráfico 3.8 - Principal atividade econômica da Ilha do Ferro, após o Programa....** Erro! Indicador não definido.
- Gráfico 3.9 – Comportamento dos Artesãos para a formação da Cooperativa.....** Erro! Indicador não definido.
- Gráfico 3.10- Apresentação de propostas nas reuniões da 1ª etapa do Programa. ..** Erro! Indicador não definido.
- Gráfico 3.11 – Discussão sobre Propostas na Cooperativa..** Erro! Indicador não definido.
- Gráfico 3.12 – Participação nas políticas públicas** Erro! Indicador não definido.
- Gráfico 3.13 – Quantitativo de Artesãos da Ilha do Ferro que participaram das capacitações.....** Erro! Indicador não definido.
- Gráfico 3.14 – Avaliação do Programa pelos Artesãos da Ilha do Ferro.** Erro! Indicador não definido.
- Gráfico 3.15 – Tipo de relacionamento dos artesãos com a Prefeitura** Erro! Indicador não definido.

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1. PROCESSOS DE GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....Erro!
Indicador não definido.

Quadro 2.2. DADOS MUNDIAIS Erro! Indicador não definido.

Quadro 2.3. CARACTERÍSTICAS IDEAIS DOS TRÊS SETORES Erro! Indicador não definido.

Quadro 2.4. FUNÇÃO DO TERCEIRO SETOR..... Erro! Indicador não definido.

Quadro 2.6. PROTAGONISTA SOCIAL X EMPREENDEDOR SOCIALErro!
Indicador não definido.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Nordeste. Erro! Indicador não definido.

Tabela 1.2. Participação (%) da População Residente Total, Urbana e Rural do Município Pão de Açúcar em relação à Região Semi-Árida do Estado de Alagoas 1996 Erro! Indicador não definido.

Tabela 1.3. Estado de Alagoas Produto Interno Bruto "Per Capita" municipal preços de 1998 - 1990/1996/1998 em US\$ 1,00 Erro! Indicador não definido.

Tabela 1.4. Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios em Alagoas da Área Sudene - 2000 Erro! Indicador não definido.

Tabela 1.5. Programa Artesanato Solidário - Abrangência do Programa Erro! Indicador não definido.

LISTA DE SIGLAS

AAGR – Apoio ao Artesanato e Geração de Renda
ACI – Aliança Cooperativa Internacional
AED – Agência de Educação para o Desenvolvimento
ADS – Academia de Desenvolvimento Social
AMA – Associação dos Moradores de Acauã
AMA – Associação Municipal de Alagoas
APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia
ARTESOL – Programa Artesanato Solidário
ART-ILHA – Cooperativa do Artesanato da Ilha do Ferro
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial
CCS – Conselho da Comunidade Solidária
CETRA – Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
CINPRA – Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento
CNFCP – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
FADE – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
FQV – Fundação Quinteto Violado
FUNARTE – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
GEM – Global Entrepreneurship Monitor
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IEL – Instituto Euvaldo Lodi
IES – Instituição de Ensino
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura
INSS – Instituto Nacional de Serviço Social
ISSO – Organização Internacional de Padronização
LOT – Laboratório Organizacional de Terreno
MPANE – Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste
MPS – Movimento de Promoção Social
NE – Nordeste
OCB – Organizações das Cooperativas Brasileiras
ONG – Organização Não Governamental
PCGR – Projeto de Capacitação e Geração de Renda
PIB – Produto Interno Bruto
PNB – Produto Nacional Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAGER – Programa Nacional de Geração de Renda
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCM – Trabalho de Conclusão do Mestrado
UCDB – Universidade Católica Dom Bosco
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZERI - Iniciativas de Pesquisa em Emissões Zero

SUMÁRIO

Resumo	
Abstract	
Instituições pesquisadas	
Lista de tabelas	
Lista de gráficos	
Lista de quadros	
Lista de figuras	
Lista de siglas utilizadas	
INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 - VOCAÇÃO É O SEGREDO	Erro! Indicador não definido.
1.1. Estado de Alagoas	Erro! Indicador não definido.
1.1.1. Município Pão de Açúcar	Erro! Indicador não definido.
1.1.2. Comunidade Ilha do Ferro.....	Erro! Indicador não definido.
1.2. Projeto – 1ª Etapa	Erro! Indicador não definido.
1.2.1. O Segundo Módulo – Frentes Culturais	Erro! Indicador não definido.
1.2.2. Metas por entidades envolvidas.....	Erro! Indicador não definido.
1.3. Projeto – 2ª Etapa	Erro! Indicador não definido.
1.4. Projeto - 3ª Etapa.....	Erro! Indicador não definido.
1.4.1. Parcerias	Erro! Indicador não definido.
CAPÍTULO 2 – EMPREENDEDORISMO COMO INSTRUMENTO DO DLIS.....	Erro!
Indicador não definido.	
2.1. Contextualização	Erro! Indicador não definido.
2.2. Nova Concepção de Desenvolvimento.....	Erro! Indicador não definido.
2.2.1. Capital Humano.....	Erro! Indicador não definido.
2.2.2. Capital Social.....	Erro! Indicador não definido.
2.2.3. Boa Governança	Erro! Indicador não definido.
2.2.4. Capital Natural.....	Erro! Indicador não definido.
2.2.5. Cultura	Erro! Indicador não definido.
2.3. Novos atores do desenvolvimento.....	Erro! Indicador não definido.
2.3.1. Relações de Gênero no Meio Rural.....	Erro! Indicador não definido.
2.4. O que é DLIS?.....	Erro! Indicador não definido.
2.4.1. A Cultura da Cooperação	Erro! Indicador não definido.
2.5. Cultura do Empreendedorismo.....	Erro! Indicador não definido.
2.5.1. O Caminho do Crédito.....	Erro! Indicador não definido.
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA EXITOSA	Erro! Indicador não definido.
3.1. Metodologia da Pesquisa.....	Erro! Indicador não definido.
3.2. Fontes e métodos da pesquisa de dados	Erro! Indicador não definido.
3.2.1. Fontes Secundárias	Erro! Indicador não definido.
3.2.2. Fontes Primárias	Erro! Indicador não definido.
3.3. Análise de Caso da Ilha do Ferro	Erro! Indicador não definido.
CONCLUSÃO.....	Erro! Indicador não definido.
Sugestões	Erro! Indicador não definido.
BIBLIOGRAFIA	Erro! Indicador não definido.
ANEXOS	Erro! Indicador não definido.
APÊNDICES	Erro! Indicador não definido.

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe apresentar o resultado da experiência inovadora do *Projeto de Capacitação e Geração de Renda – Frentes Culturais (PCGR)*, idealizado e implementado no âmbito do Programa Federal de Combate aos Efeitos da Seca de 1998 e transformado a partir do ano 2000 no “Programa Artesanato Solidário”. O PCGR está balizado na articulação de ações do Governo e da Sociedade Civil com vistas à implementação de políticas públicas nas áreas social, de educação e de geração de ocupação e renda.

O estudo de pesquisa teve como foco a experiência da comunidade Ilha do Ferro, situada no município de Pão de Açúcar no Estado de Alagoas, onde tal ação foi estendida ao Artesanato, pretendendo resgatar parte da cultura local, a auto-estima do cidadão e o revigoramento da comunidade e, conseqüentemente, do município. Foram transformadas as ações emergenciais, que vieram a constituir o Programa Federal, em oportunidade de melhoria permanente, priorizando os possíveis “beneficiários” das “frentes produtivas” que passou a ser chamada, no início do PCGR, de “Frentes Culturais”.¹

Inicialmente o PGCR teve como parceiros a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o Conselho da Comunidade Solidária - CCS, o Programa Nacional de Geração de Renda - PRONAGER e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, o que consentiu, o apoio indispensável das

¹ Denominação encontrada pela SUDENE para identificar os beneficiários das capacitações no âmbito do resgate cultural do Programa de Combate aos Efeitos da Seca de 1998

Organizações Não Governamentais - ONGs², realizar ações inovadoras de capacitação, apoiadas nos “saberes locais”³, visando encontrar nos recursos disponíveis no Semi-Árido meios de convivência com a estiagem e alternativas de geração de ocupação e renda fora da convencional indução á agricultura de subsistência.

Nove meses após a implementação do PCGR a avaliação de desempenho foi tida como positiva pelos seus idealizadores⁴ e, com a parceria ampliada junto ao SEBRAE, atores sociais foram capacitados e estimulados para formação da Cooperativa ART-ILHA. O objetivo da cooperativa converge na melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas com o artesanato local e, por conseguinte, da comunidade como um todo.

O Superintendente da SUDENE, Sérgio Moreira, no início de 1998, anunciou o pacote de medidas emergenciais que o Governo adotou no combate aos efeitos da seca. O plano, mencionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, consumiu em torno de R\$ 2 bilhões. Foram implementadas medidas desde a criação de frentes produtivas para mais de um milhão de pessoas até a concessão de aposentadorias para 29 mil trabalhadores rurais. A expectativa do Governo foi de que o programa beneficiasse dois milhões de famílias ou dez milhões de pessoas⁵.

Tal Programa federal foi concebido, como um plano social que pressupunha forte impacto na economia dos municípios da região Semi-Árida⁶. Foram criadas frentes produtivas, culturais, ecológicas e de capacitação. Cada uma dessas frentes teve tarefas específicas. Procurou-se, no entanto, inovar quanto ao envolvimento das Frentes Produtivas que, ao invés de simplesmente desenvolverem atividades pontuais sem visão de auto-sustentabilidade, passaram a se envolver com ações locais que redundaram em melhoria da infra-estrutura local e do aprendizado de novas técnicas de convivência com a seca⁷.

² Ao todo foram sete ONGs que trabalharam no Projeto de Capacitação e Geração de Renda – Frentes Culturais, coordenando sete subprojetos. Estas ONGs detinham experiências no município de cada subprojeto. Com exceção do subprojeto do município de Pão de Açúcar que era coordenado pelo PRONAGER.

³ “Todas as comunidades têm saberes e práticas que lhes permitem sobreviver, interpretar o mundo e ir ao encontro da resolução de problemas que a sociedade enfrenta” – I Seminário da Ciência e Tecnologia – Documento final – encontrado no Site: http://www.mesct.gov.mz/arquiv/pri_sem.doc

⁴ Depoimentos do Superintendente da SUDENE e da Presidente do Conselho da Comunidade Solidária em Catálogo publicado pelo Conselho da Comunidade Solidária, SEBRAE, SUDENE, “Projeto de Apoio ao Artesanato para Geração de Renda”, Brasília, 1999

⁵ Ver Relatório da SECA de 1998, SUDENE.

⁶ Depoimento do Secretário de Comunicação do Programa federal de Combate aos Efeitos da Seca de 1998, Sérgio Xavier, ao Jornal do Comércio em julho de 1998.

⁷ Edjair de Siqueira Alves, Assessor Especial da SUDENE (1998-1999) e atual Secretário Geral do SEBRAE Nacional, entrevista realizada em abril de 2003.

Este estudo trata sobre uma das maiores inovações do referido Programa que foi a criação das Frentes Culturais. Através dessas frentes, o Governo pretendeu, como resultado final, intermediar as negociações entre cooperativas de artesãos e empresários para viabilizar a comercialização do artesanato, produzido nas pequenas cidades da região atingida, para os *shoppings centers* e principais pontos de comercialização das grandes cidades do país. O Governo considerava que a mercadoria era de fácil aceitação, mas faltava, no entanto, a ligação entre os artesãos e o mercado.

A idéia, segundo Xavier, era criar o mercado solidário. A partir daí, ao invés de ajudar através de doações, a população do Sul e Sudeste, poderia colaborar comprando este material convergindo para o poder de transformação que este tipo de comércio deveria ter sobre as cidades mais pobres. O Secretário de Comunicação considera as Frentes Culturais importantes porque foram, ao contrário das demais, de baixo custo e, futuramente, poderiam continuar em atividade, sem a ajuda do Governo⁸.

É inegável o potencial do artesanato na geração e distribuição de renda, haja vista o que ele já representa no Brasil, onde mobiliza cerca de 8,5 milhões de pessoas, contribuindo com 2,8% do PIB, quando o setor automobilístico envolve 3,2% do PIB e emprega apenas 240 mil pessoas. Além disso, trata-se de um setor com um dos menores custos por emprego e com o maior envolvimento de familiares.⁹

Siqueira Alves¹⁰ ressalta que a profissionalização desse importante segmento da economia, com a introdução da cultura associativista, estabelecimento de canais de comercialização, gestão do negócio e agregando técnicas de *design* e traços da cultura local, poderá ser bastante representativa na economia nordestina. Estes elementos fazem o diferencial competitivo, além de contribuir para melhoria da condição social.

Do que foi exposto, esta pesquisa poderá ser útil, pelo fato, de ser a análise de uma experiência bem sucedida¹¹. É um exemplo de ação que, segundo os documentos

⁸ Depoimento do Secretário de Comunicação do PFCES de 1998, Sérgio Xavier, em entrevista à autora em abril de 2003.

⁹ Dados fornecidos na palestra “A participação das Micro e Pequenas Empresas e o Desenvolvimento do País”, proferida pelo Secretário-Geral do SEBRAE Nacional, Edjair de Siqueira Alves, na Sessão V do Fórum de Desenvolvimento do MPANE, Recife, 2001.

¹⁰ Entrevista com Edjair de Siqueira Alves, Assessor Especial da SUDENE (1998-1999) e atual Secretário Geral do SEBRAE Nacional, em abril de 2003.

¹¹ Depoimento da Senhora Vera Maria Simoni Nacif assessora Principal do PRONAGER in Catálogo SECA – Capacitação e Geração de Renda do Programa Federal de Combate aos Efeitos da Seca, Editora Mergulhar, Brasília, 1999.

Êxito definido na cartilha: “Construindo novas articulações para conviver com o Semi-Árido”, elaborada no Projeto de Fortalecimento da Capacidade Organizacional das Comissões Municipais, no âmbito do PFCES, onde são apresentados casos de sucesso de ações emergenciais – Monteiro/PB e Pão de Açúcar/AL.

apresentados pelos seus idealizadores, teve sua continuidade mesmo após o encerramento da emergência do referido Programa de Combate aos Efeitos da Seca de 1998, que teve apenas o prazo de vigência de 7 meses, depois prorrogado por mais 2 meses.

Com a nova concepção de desenvolvimento, em concordância com Augusto de Franco, “desenvolvimento deve significar melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável)”¹².

Sabe-se que historicamente, os indicadores básicos de mensuração das condições nacionais estavam intimamente ligados à economia. A relação direta estabelecida entre crescimento do PIB e melhoria das condições de vida refletia o nível de desenvolvimento de um país em relação a outro. Na década de 70, a crise de crescimento vinculada ao modelo keynesiano¹³ coloca em xeque o monopólio da intervenção estatal nas políticas públicas como também a idéia de crescimento continuado e de ampliação da distribuição da riqueza nos moldes do Estado do Bem - Estar Social.

As categorias econômicas de análise de um país (crescimento, desenvolvimento e distribuição da riqueza) sofrem contundentes críticas, sendo substituídas por uma concepção que visa incluir outras variáveis e construir indicadores que expressem a realidade de forma sistêmica. A era do chamado determinismo econômico é substituída por um conceito mais abrangente, denominado desenvolvimento humano e sustentável, aferido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁴, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹⁵.

Por outro lado, Gomes de Matos¹⁶ salienta que, embora inspirada nas referências que a Organização das Nações Unidas utiliza para avaliar e analisar o desenvolvimento no mundo, o interesse da abordagem do Desenvolvimento Humano não pode se limitar à associação dos indicadores quantificados pelo IDH (renda, educação e saúde). Deste ponto

¹²DE FRANCO, Augusto. “Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável”. Brasília: Instituto de Política Millenium, 2000.

¹³Os keynesianos propunham uma “domesticação” do mercado através de uma ação positiva do Estado (fim da anarquia da produção; fim do “laissez faire”).

¹⁴Eduardo Guerini e Guillermo Alfredo Johnson em “A Política Pública pela ótica dos Indicadores” colocam que os limites do IDH, apontando somente renda, longevidade e educação acabam reduzindo o espaço de análise. Dessa maneira, a construção de um índice sintético deveria superar as dimensões atuais, como o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, ao considerar o ICV, em cinco dimensões (renda, habitação, infância, longevidade e educação), superando as inconsistências limitadoras da análise matricial que se quer construir. Extraído do Site: <http://dlis.undp.org.br/>.

¹⁵PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1998.

de vista, tem que se dar ênfase também a indicadores qualitativos que se compreendem na Declaração Universal dos Direitos Humanos como liberdade, autonomia, segurança alimentar, justiça, estado de direito, organização social e política e garantia de acessos às instituições de direito público.

Para tanto é necessário um instrumento que torne possível o ambiente para a nova concepção de desenvolvimento. O PCGR utilizou o DLIS, Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Destrinchando esta ferramenta de indução do desenvolvimento temos: o recorte do “local”, que depende do olhar do sujeito e dos critérios eletivos de agregação, onde as ações são realizadas; o “integrado”, que significa o modelo de desenvolvimento, que considera a necessidade de articulação entre os atores que interagem a nível local, como também a necessidade de articulação entre os diversos fatores que interferem no desenvolvimento (fatores econômicos, sociais, culturais, político-institucionais, etc.); e o “sustentável”, que representa o desafio de buscar a satisfação das carências atuais sem comprometer a capacidade de satisfação das carências das gerações futuras.

Mais adiante se vê neste estudo que, com o engajamento de instituições como o SEBRAE e o Instituto Xingó, que têm difundido a cultura empreendedora “fundamentada na responsabilidade social, na formação integral da pessoa humana e na cidadania ativa naquele local”¹⁷, o PCGR procurou somar-se às novas formas de intervenção do Estado na política social, com a possibilidade do aproveitamento do potencial pré-existente (Cultura Local, matéria-prima), bem como do capital social existente na comunidade.

Para assim criar um ambiente favorável ao desenvolvimento, deve-se investir no capital humano, sobretudo no “Empreendedorismo”. Vale aqui ressaltar a forma de empreendedorismo que este estudo está se referindo: “é a capacidade que as pessoas têm de fazer coisas novas, exercitando a sua imaginação criadora – o seu desejo, sonho e visão – e se mobilizando para adquirir os conhecimentos necessários, capazes de permitir a materialização do desejo, a realização do sonho e a viabilização da visão”¹⁸.

¹⁶GOMES DE MATOS, Aécio. “Desenvolvimento Humano, Pobreza Rural e Inclusão Social”. Artigo publicado pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, Brasília, 2003.

¹⁷DOLABELA, Fernando: “Empreendedorismo: a grande revolução silenciosa”, extraído pelo Site: www.dolabela.com.br

¹⁸DE FRANCO, Augusto. Obra já citada

Nesta ótica é necessário investir no capital social, quer dizer, na capacidade da sociedade de cooperar, formar redes, regular seus conflitos democraticamente e, enfim, constituir comunidade.

Esta pesquisa tem como principal objetivo constatar, de forma empírica, se as ações de capacitação e de estímulo ao potencial empreendedor do “beneficiário” do PCGR, geraram ocupação e renda para as artesãs do setor de bordados da comunidade Ilha do Ferro. E que, para tanto, valorizaram a cultura local e qualificaram as potencialidades de tradição detectadas previamente na comunidade, com a intenção de vislumbrar o empreendedorismo social¹⁹.

Portanto, o PCGR teve como meta gerar ocupação e renda, a partir do desenvolvimento local integrado e sustentável, adotando o estímulo ao potencial empreendedor como esteio fundamental para construção da cidadania, tão esquecida nos municípios do Semi-Árido brasileiro.

No que concerne à documentação necessária para a exequibilidade desta pesquisa procurou-se buscar em fontes documentais na SUDENE, no Programa Artesanato Solidário, no Conselho da Comunidade Solidária, no PRONAGER, na Cooperativa ART-ILHA, no SEBRAE NACIONAL e na AMA. Contou-se também com pesquisa bibliográfica (livros, revistas, artigos e consultas à Internet), além de informações que foram coletadas através de entrevistas (ver Apêndice-A) com pessoas que se envolveram direta ou indiretamente em alguma etapa do Projeto de Capacitação e Geração de Renda: Frentes Culturais.

Uma questão que motivou esta pesquisa foi no que diz respeito a fatores Institucionais e Organizacionais que viabilizaram a experiência exitosa²⁰, com a implantação da Cultura Empreendedora e do conceito de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, os quais, nortearam as ações do PGCR.

A suposição central deste trabalho é de que nas comunidades existe um potencial de desenvolvimento mobilizável, desde que se recorra ao resgate da Vocação Local com metodologias de intervenção/indução adequadas ao fomento do empreendedorismo.

¹⁹Este tipo de Empreendedorismo será conceituado no Capítulo 2

²⁰Será analisada no Capítulo 3.

Conseqüentemente, as comunidades bem sucedidas devem ser aquelas que tiverem melhor desempenho em programas de suporte aos cidadãos menos favorecidos. Como mais uma suposição, tem-se a do risco duplo, onde assegura que as pessoas carentes são vulneráveis, mas aquelas carentes e que também vivem dentro de comunidades menos favorecidas são especialmente vulneráveis²¹.

Alguns questionamentos, que são tratados ao longo do trabalho, mostram possíveis ocorrências entre os beneficiários do PCGR e os excluídos desta política pública, ao verificar se na realidade ocorreram benefícios à comunidade como um todo ou apenas à população beneficiária do PCGR. Verificou-se, sobre o aspecto da baixa escolaridade dos beneficiários envolvidos, se houve prejuízo, em algum momento, à viabilidade do Projeto.

Em decorrência da implementação do PCGR, surgiram indicadores que configuraram se houve o resgate da cultura local e da cidadania, ou se apenas aconteceu o resgate do trabalho em escala maior de produção.

Visto que a maioria das pessoas da comunidade se encontrava desempregada e sem renda, foi verificado se a vontade de participação dos beneficiários no PCGR era devido tão somente à situação calamitosa que enfrentavam.

O perfil das instituições e organizações integradas ao PCGR esteve, ao longo do tempo, como o norteador desta pesquisa. No intuito de perceber se o espírito empreendedor²² de seus atores objetivou minimizar a exclusão social – visão estruturadora - ou se somente teria sido uma ilusão – visão assistencialista e imediatista - no que tange ao aspecto ético profissional dos seus atores.

Para tanto, foi necessário encontrar, nos perfis dos *stakeholders*²³, pessoas com substancial poder empreendedor durante todo o processo de implementação do PCGR até a sua institucionalização como Programa Artesanato Solidário.

O “poder empreendedor”, em concordância com Silva Pinto²⁴, deve-se aferir às pessoas que dispõem das seguintes qualificações: poder de persuasão, capacidade de liderança nas crises, capacidade para a competente gestão econômica, autoridade moral,

²¹ Entende-se vulnerabilidade como a capacidade de assimilar as sugestões com normalidade e facilidade. BARRIENTOS, Maria Loreto. “Vulnerabilidad, dignidad y justicia: valores éticos fundamentales em um mundo globalizado.” Extraído pelo Site: www.iadb.org/etica, em setembro de 2003.

²² Entendido aqui como estímulo à geração de renda com objetivo social.

²³ Entendido aqui como todas as pessoas afetadas direta ou indiretamente pelo Programa.

²⁴ SILVA PINTO, Luiz Fernando da. “O Espírito Empreendedor no Processo Estratégico”. Revista Conjuntura Econômica, Dezembro de 2000/Revista Conjuntura Econômica, Dezembro, 2000.

capacidade de bom relacionamento, boa capacidade administrativa, relações construtivas em comunidade, capacidade de distinguir prioridades e, principalmente, preocupar-se com o bem-estar social e a qualidade de vida na sua área de influência.

Conforme documentação inicialmente pesquisada, sabe-se que para os idealizadores do PCGR, a Vocação Local foi incorporada como um elemento basilar à Política de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, desde a concepção e durante toda sua efetivação. Neste caso específico, foi analisada, na prática, como tal premissa foi um alicerce para viabilização do referido Projeto.

Finalmente, pôde-se verificar que ações de caráter permanente foram pensadas e implementadas, para assim, serem caracterizadas com o grau de autonomia/sustentabilidade durante todo processo de efetivação desta política pública.

Esta pesquisa pode ser caracterizada²⁵ como um “Estudo de Caso” devido ao seu detalhamento e especificidade em relação à comunidade Ilha do Ferro, no período de 1998 a 2002. Exploratória, por não se verificar a existência de estudos que abordem o modelo de gestão sobre o ponto de vista pelo qual a pesquisa teve a intenção de abordar e descritiva, por se valer de percepções, perspectivas e sugestões dos envolvidos no processo.

Ocorrência de pesquisas Bibliográfica, Documental e de Campo desde que tratou de investigações sobre Empreendedorismo e Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, os quais exigiram reflexões concomitantes sobre Gestão Pública, Terceiro Setor e *Stakeholders*, além da utilização dos documentos internos às instituições envolvidas e entrevistas semi-estruturadas na comunidade, tais como, questionários (ver Apêndice-B), observações de pessoas participantes ou não do Projeto de Capacitação e Geração de Renda: Frentes Culturais, além de outros contatos.

Este trabalho trouxe à tona os beneficiários e os não beneficiários do PCGR, com questões políticas, de gênero, financeiro e também de habilidades.

Com esta pesquisa espera-se contribuir para as discussões sobre Gestão Pública, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de um modelo de política pública que possa ser implementado em outras comunidades com as características aqui estudadas.

²⁵ VERGARA, Sylvia. *Projetos e relatórios de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 1999.

A Estrutura deste Trabalho de Conclusão do Mestrado – TCM divide-se, além da Introdução e da Conclusão, em três capítulos. No Capítulo 1: “Vocação é o Segredo”, que faz uma contextualização da comunidade Ilha do Ferro, no município Pão de Açúcar, sob o ponto de vista geográfico e sócio-histórico e que trata da questão do incentivo à vocação local como base para formulação do PCGR. Capítulo 2: “Empreendedorismo como instrumento do DLIS”, que pretende conceituar esta forma inovadora de gestão como elemento catalisador dos desenvolvimentos humano e social de forma sustentável, durante o processo de implementação do PCGR, identificando, ainda aqui, os atores políticos, sociais e econômicos, como também, suas atuações e estratégias. No Capítulo 3: “Análise da Experiência Exitosa”, que analisa se o êxito do PCGR, na Comunidade Ilha do Ferro em Pão de Açúcar, faz referência ao fato de se ter utilizado o potencial empreendedor do artesão local, e se ainda este êxito é compatível com a melhoria de qualidade de vida e de desenvolvimento humano dos beneficiários do referido PCGR, implicando no desenvolvimento econômico do município mesmo em época de estiagem.